

Docência no Quilombo Itambé: história, memória e vivências

Nilce Vieira Campos Ferreira¹

Luisa Bomdespacho Rodrigues²

Joira Aparecida Leite de Oliveira Amorim Martins³

RESUMO

A Escola Estadual Quilombola Reunidas de Cachoeira Rica-EQRCR, criada em 1939 e ativa até os dias atuais, localizada no município de Chapada dos Guimarães, no estado de Mato Grosso, é objeto de análise neste texto, a partir de fontes como regulamentos, testemunhos e outras condições de funcionamento, principalmente com relação à formação de professoras e professores para atuação nos quilombos mato-grossenses. Estabeleceu-se como proposta teórico-metodológica a pesquisa bibliográfica e análise de fontes documentais, além da utilização de entrevista não estruturada. Encontramos fundamentos nos estudos de movimento da Escola dos

¹ Doutora e Pós-doutora em Educação pela Universidade de Uberlândia. Professora do curso de Pedagogia e do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Coordenadora do Acervo e Repositório Digital da História da Educação (ARA), do Grupo de Pesquisa em História da Educação, Acervos Históricos Institucionais e Gênero (GPHEG) e da Rede de Pesquisa RECONAL-Edu. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9165-0011> - E-mail: nilcevieiraufmt@gmail.com

² Graduanda no Curso de Comunicação Social habilitação em Jornalismo pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Bolsista de iniciação Científica CNPq. Pesquisadora no Grupo de Pesquisa em História da Educação, Acervos Históricos Institucionais e Gênero (GPHEG). Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0488-6614> - E-mail: luisabomdespacho@gmail.com

³ Doutoranda e Mestre em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso. Servidora da Secretaria de Relações Internacionais da Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, Brasil. Pesquisadora no Grupo de Pesquisa em História da Educação, Acervos Históricos Institucionais e Gênero (GPHEG) e da Rede de Pesquisa RECONAL-Edu. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5725-4106> - E-mail: joira.martins@ufmt.br

Annales (BURKE, 1997). Concluiu-se que a EQRCR tem dificuldades em cumprir seu papel social em elucidar acerca da importância da identidade quilombola de seu povo, causado, provavelmente, pela escassa formação específica de professoras e professores para atuação em escolas quilombolas mato-grossenses, tanto antes como depois de ser reconhecida como educação escolar quilombola.

Palavras-chave: formação docente; escola quilombola; Escola Estadual Quilombola Reunidas de Cachoeira Rica.

Teaching at Quilombo Itambé: history, memory and experiences

ABSTRACT

The Escola Estadual Quilombola Reunidas de Cachoeira Rica-EQRCR, created in 1939 and active until the present day, located in the city of Chapada dos Guimarães in the State of Mato Grosso, is the object of analysis in this text, seeking to identify regulations, testimonies and other operating conditions, mainly in relation to the formation of teachers to work in the quilombos of Mato Grosso. We established as a theoretical-methodological proposal the bibliographic research and analysis of documental sources, in addition to the use of unstructured interviews. We found foundations in the movement studies of the Escola dos Annales (BURKE, 1997). We conclude that the EQRCR has difficulties in fulfilling its social role in elucidating the importance of the quilombola identity of its people, probably caused by the lack of specific training of teachers to work in quilombola schools in Mato Grosso, both before and after being recognized as quilombola school education.

Keywords: teacher training; quilombola school. Escola Estadual Quilombola Reunidas de Cachoeira Rica.

RESUMEN

La Escuela Estatal Quilombola Reunidas de Cachoeira Rica-EQRCR, creada en 1939 y activa hasta la actualidad, ubicada en el municipio de Chapada dos Guimarães en el Estado de Mato Grosso, es objeto de análisis en este texto, investigando fuentes como normativas, testimonios y otros operativos. condiciones, principalmente en relación a la formación de maestras para trabajar en los quilombos de Mato Grosso. Establecimos como propuesta teórico-metodológica la búsqueda y análisis bibliográfico de fuentes documentales, además del uso de entrevistas no estructuradas. Encontramos fundamentos en los estudios del movimiento de la Escuela de Annales (BURKE, 1997). Se concluyó que la EQRCR tiene dificultades para cumplir con su papel en la forma social en el esclarecimiento de la importancia de la identidad quilombola de su pueblo, probablemente provocada por la falta de formación específica de los docentes para trabajar en las escuelas quilombolas de Mato Grosso, tanto antes como después de ser reconocidos como educación escolar quilombola.

Palabras clave: formación de profesores; escuela quilombola; Escola Estadual Quilombola Reunidas de Cachoeira Rica.

INTRODUÇÃO

Este artigo resulta de uma pesquisa realizada no projeto “Formação de Professoras Missioneiras nas Regiões Centro-Oeste e Norte: Mato Grosso e Rondônia/Brasil (1936-1963)”, Processo Nº 424497/2018-2, coordenado por Nilce Vieira Campos Ferreira e financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico pela Chamada Universal MCTIC/CNPq 2018, que tem como objetivo principal:

Realizar um estudo sobre os cursos normais rurais ou regionais, de modo mais acurado nas regiões centro-oeste e norte, em Mato Grosso e parte de Rondônia, no período compreendido entre os anos

de 1936 a 1963, de modo a contribuir para o avanço do conhecimento histórico sobre a educação rural e a profissão docente [...]. (CNPq, 2018, p. 5).

Dentre os objetivos específicos do projeto de pesquisa, destacamos: “[...] contribuir para a preservação e difusão da memória, do patrimônio educativo da educação rural mato-grossense e brasileira.” (CNPq, 2018, p. 5).

Analizamos a Escola Estadual Quilombola Reunidas de Cachoeira Rica-EQRCR, criada em 1939 e ativa até os dias atuais, localizada no município de Chapada dos Guimarães no estado de Mato Grosso, com intuito de identificar normas, regulamentos, testemunhos e outras condições de funcionamento.

Partimos dos pressupostos apreendidos a partir dos estudos da História Nova, ou Nova História, cujo termo foi usado por integrantes dos *Annales*, com o intuito de “[...] proporcionar uma História não automática, mas problemática [...]” (LE GOFF, 1990, p. 33). Com a criação da revista *Annales*, e procurando problematizar a história, foi possível “[...] promover uma nova espécie de História [...]” (BURKE, 1997, p. 11).

Nossa análise explora explicações plurais para as diversas relações dialéticas que se estabelecem na vida social. Pesquisadoras e pesquisadores vinculados ao movimento dos *Annales*, desde seu início, e mais ainda na terceira geração dos *Annales*, conduzida por Jacques Le Goff, abriram-se ao diálogo com as mais diversas ciências, tais como: Antropologia, Economia, Sociologia, Filosofia, Psicologia, Estatística, Geografia, entre outras, o que possibilitou ampliar o olhar para outras fontes e objetos de pesquisa e permitiu que a Nova História se tornasse uma “[...] história escrita como uma reação deliberada contra o paradigma tradicional” (BURKE, 1992, p. 2), o que permitiu o movimento da historiografia por outro ângulo, ou seja, “[...] a história vista de baixo; em outras palavras, com as opiniões das pessoas comuns e com a sua experiência da mudança social.” (p. 3). Uma grande valia deste artigo, portanto, é a preservação e difusão da memória dos feitos da/na escola quilombola.

A entrevista não estruturada permitiu a coleta de testemunho da professora mais antiga da escola e do professor de história, compreendendo que a coleta de fontes orais contempla o “[...]”

encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de um determinado assunto.” (MARCONI; LAKATOS, 1999, p. 94).

Além do cunho histórico, justificamos o interesse pessoal de autoria deste texto pelo fato que uma das autoras é descendente e moradora do Quilombo Itambé, localizado no município de Chapada dos Guimarães, cuja população escolarizável é atendida pela EQRCR e dela é egressa.

O texto está organizado em três partes. Na primeira, trazemos as políticas públicas brasileiras em escolas quilombolas com intuito de analisar as legislações da temática. No segundo momento, aprofundamos sobre as comunidades quilombolas no estado de Mato Grosso. No terceiro, apresentamos o histórico da escola quilombola, contendo o testemunho de uma professora aposentada que trabalhou na instituição por 32 anos e de um professor que leciona a disciplina de História na instituição.

POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEIRAS EM ESCOLAS QUILOMBOLAS

O Brasil, apesar de ser constituído pela miscigenação de povos brancos, afro-brasileiros e indígenas, só teve legislação que mencionasse a história e a cultura de povos tradicionais a partir do século XXI, cerca de tardios 500 anos. Mesmo assim, essas normas só surgiram a partir da luta das instituições representativas afro-brasileiros em conjunto com a mobilização de pessoas e instituições sensibilizadas com o tema das comunidades quilombolas, que foram fortalecidas pelo Artigo 68 da Constituição Brasileira de 1988, que instituiu “[...] aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras, é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes títulos respectivos.” (BRASIL, 1988).

Mas o reconhecimento efetivou-se somente com a promulgação do Decreto Federal n.º 4.887, de 20 de novembro de 2003, que regulamenta “o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de

que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.” Consideram-se quilombolas

[...] os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida. (BRASIL, 2003, Art. 2º).

Comunidades quilombolas, portanto, reúnem pessoas descendentes de quilombolas oriundas da era escravista e são predominantemente formadas pela população negra de áreas rurais e urbanas e seus descendentes que se organizam a partir das relações que estabelecem com a terra, com o meio ambiente, parentesco, ancestralidade, tradições e práticas culturais específicas à sua condição de quilombola, trata-se na constante luta de “[...] reinvenção de uma identidade política portadora de direitos que é informada por uma memória ancestral.” (SILVA, 2012, p. 1).

Essa breve definição encontra consonância nos registros históricos de que os quilombos no Brasil foram constituídos como locais e formas de vidas opostas à escravocrata, nas quais pessoas que eram oprimidas eram acolhidas, uma vez que aquilombados eram perseguidos e severamente castigados, muitas vezes, até à morte. Territórios quilombolas tornaram-se verdadeiras aldeias fortificadas que aglomeravam escravos fugidos das fazendas, escravos alforriados, índios e brancos pobres (HERNANDEZ, 2005).

Instrumentos normativos foram instituídos para a preservação da memória e para promover uma educação das relações étnico-raciais, como destacamos no quadro a seguir.

Quadro 1 - Instrumentos Normativos

Lei n.º 10.639/2003	Estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileiras e africanas nas escolas públicas e privadas do ensino fundamental e médio.
----------------------------	--

Lei n.º 11.645/2008 altera a Lei n.º 10.639/2003	Inclui no currículo oficial da dada rede de ensino da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena".
Parecer do Conselho Nacional de Educação-CNE/CP 03/2004	Aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileiras e Africanas.
Resolução n.º CNE/CP 01/2004	Detalha os direitos e as obrigações dos entes federados ante a implementação da lei.

Fonte: Elaborado pelas autoras.

As legislações compõem um conjunto de dispositivos legais considerados como indutores de uma política educacional voltada para a afirmação da diversidade cultural e da concretização de uma educação das relações étnico-raciais nas escolas, desencadeada a partir dos anos 2000.

A partir do início do ensino da história e cultura afro-brasileiras e africanas nas escolas públicas e privadas do ensino fundamental e médio e da inclusão no currículo oficial da rede de ensino com a obrigatoriedade de incluir nas disciplinas ofertadas aos estudantes da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, ambas em 2003, as escolas públicas passaram a desenvolver políticas e atividades que promovem ações afirmativas na educação brasileira, buscando uma forma de correção de desigualdades históricas que incidem sobre a população negra em nosso país.

Com a aprovação, em 2004, das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileiras e Africanas, e pouco depois, com a promulgação da Resolução CNE/CP n.º 01/2004, que detalhou obrigações de municípios, estados e união, aos poucos, nas escolas, essas temáticas foram se tornando mais comuns.

Em 2009, foi aprovado o Plano Nacional das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, cujo

objetivo era instruir as instituições de ensino, normatizando, no Artigo 7º e 35º, a promoção do

[...] reconhecimento da história e da cultura afro-brasileira como elementos estruturantes do processo civilizatório nacional, considerando as mudanças, as recriações e as ressignificações históricas e socioculturais que estruturam as concepções de vida dos afro-brasileiros na diáspora africana. (BRASIL, 2012).

A efetivação desses saberes, contudo, somente se realiza se consideradas as dimensões cultural material e imaterial, social, política e econômica, levando-se em conta os modos de vida que constituem essas comunidades, suas formas de fazer, criar, viver e conviver, os saberes por elas acumulados, bem como os processos de transmissão desses saberes de geração a geração, que lhes torna possível reconhecerem-se quilombolas.

Destacamos, ainda assim, que tanto o processo de luta em busca da superação do racismo na sociedade brasileira, bem como o avanço de políticas e as leis que foram aprovadas, tiveram e têm como protagonistas os movimentos negros e demais grupos, movimentos sociais e organizações partícipes da luta antirracista, cujas ações persistem tanto antes como depois da abolição da escravidão e “[...] pela presença de comunidades negras que ainda hoje resistem às pressões de latifundiários, de especuladores imobiliários e até mesmo do poder público pela manutenção ou reconquista de seus territórios.” (SILVA, 2012, p. 1).

COMUNIDADES QUILOMBOLAS EM MATO GROSSO

Atualmente, no estado de Mato Grosso, de acordo com a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), há 134 comunidades quilombolas, contudo, apenas 71 estão devidamente certificadas pela Fundação Cultural Palmares (FCP). Esse panorama está demonstrado no quadro a seguir.

Quadro 2 - Comunidades Quilombolas Certificadas em Mato Grosso

N.º	Município	Comunidade Quilombola Certificada	N.º Portaria FCP	N.º	Município	Comunidade Quilombola Certificada	N.º Portaria FCP
1	Acorizal	Aldeias	37/2005	37	Poconé	Canto do agostinho	37/2005
2	Acorizal	Baús	39/2005	38	Poconé	Chumbo	37/2005
3	Barra do Bugres	Baixio	37/2005	39	Poconé	Varal	37/2005
4	Barra do Bugres	Vermelhinho	37/2005	40	Poconé	Laranjal	37/2005
5	Barra do Bugres	Vaca morta	39/2005	41	Poconé	Campina de pedra	37/2005
6	Barra do Bugres	Morro redondo	59/2010	42	Poconé	Passagem de carro	37/2005
7	Barra do Bugres	Água doce	104/2016	43	Poconé	Imbé	37/2005
8	Barra do Bugres Porto estrela	Vãozinho/Voltinha	51/2010	44	Poconé	Pedra viva	37/2005
9	Cáceres	Monjolo	39/2005	45	Poconé	Cágado	37/2005
10	Cáceres	Santana	39/2005	46	Poconé	Pantanalzinho	37/2005
11	Cáceres	Ponta do morro	39/2005	47	Poconé	Morro cortado	37/2005
12	Cáceres	Exú	39/2005	48	Poconé	Aranha	37/2005
13	Cáceres	Chapadinha	39/2005	49	Poconé	Chafariz Urubama	37/2005
14	Cáceres	São Gonçalo	39/2005	50	Poconé	Rodeio	37/2005
15	Cáceres	Pita canudos	161/2013	51	Poconé	Céu azul	37/2005
16	Chapada dos Guimarães	Lagoinha de baixo	23/2005	52	Poconé	Minadouro 2	37/2005
17	Chapada dos Guimarães	Itambé	23/2005	53	Poconé	Sete porcos	37/2005

18	Chapada dos Guimarães	Lagoinha de cima	23/2005	54	Poconé	Morrinhos	37/2005
19	Chapada dos Guimarães	Arica-açú	39/2005	55	Poconé	Tanque do padre Pinhal	37/2005
20	Chapada dos Guimarães	Cachoeira do Bom Jardim	39/2005	56	Poconé	Capão verde	37/2005
21	Chapada dos Guimarães	Cansação	39/2005	57	Poconé	Campina II	37/2005
22	Chapada dos Guimarães	Barro Preto Serra do Cambambi	43/2009	58	Poconé	Jejum	39/2005
23	Cuiabá	São Gerônimo	37/2005	59	Poconé	Coitinho	39/2005
24	Cuiabá	Coxipó Açú	39/2005	60	Poconé	São Gonçalves II	84/2015
25	Cuiabá	Aguassú	39/2005	61	Poconé	Sesmaria Fazenda Grande (Barreirão, Capão de Ouro, Carandá, Lagoa Grande, Manga e Massagem Velha)	194/2017
26	Nossa senhora do livramento	Jacaré de cima	37/2005	62	Poconé	Carretão	279/2017
27	Nossa senhora do livramento	Cabeceira do Santana	37/2005	63	Porto estrela	Bocaina	195/2011

28	Nossa senhora do livramento	Entrada do bananal	39/2005	64	Santo Antônio do Leverger	Abolição	37/2005
29	Nossa senhora do livramento	Barreiro	39/2005	65	Santo Antônio do Leverger	Sesmaria Bigorna/Estiva	51/2007
30	Nossa senhora do livramento	Campina verde	39/2005	66	Várzea Grande	Capão do Negro Cristo Rei	185/2009
31	Nossa senhora do livramento	Ribeirão da mutuca	08/2006	67	Vila Bela da Santíssima Trindade	Bela Cor	39/2005
32	Nossa senhora do livramento	Mata Cavalo (composta pelos povoados: Mata Cavalo de Cima, Mata Cavalo de Baixo, Ribeirão do Mutuca, Aguassú, Ventura Capim Verde e Ourinhos)	42/2007	68	Vila Bela da Santíssima Trindade	Manga	39/2005
33	Novo Santo Antônio	Família Vieira Amorim	75/2014	69	Vila Bela da Santíssima Trindade	Boqueirão, Vale do Rio Alegre e Vale do Rio Guaporé	39/2005
34	Poconé	Curralinho	37/2005	70	Vila Bela da Santíssima Trindade	Capão do negro	08/2007

35	Poconé	Retiro	37/2005	71	Vila Bela da Santíssima Trindade	Vale do Alegre	25/2007
36	Poconé	São Benedito	37/2005				

Fonte: Dados adaptados pelas autoras⁴.

Mato Grosso, como exposto no Quadro 2, detém uma concentração significativa de comunidades quilombolas que foram certificadas no país, ocupando o 1º lugar na região Centro-Oeste do Brasil. Consoante o Quadro Geral de Comunidades Remanescentes de Quilombola, publicado pela FCP em 2021, Mato Grosso está localizado na 8ª posição do país, ficando abaixo de: 1º- Bahia (672), 2º- Maranhão (589), 3º- Minas Gerais (318), 4º- Pará (206), 5º- Pernambuco (149), 6º- Rio Grande do Sul (137) e 7º- Piauí (84).

Considerando essa realidade, partimos para compreender como uma escola quilombola funcionava em uma comunidade quilombola.

A escola escolhida foi a Escola Estadual Quilombola Reunidas de Cachoeira Rica-ERQCR, criada em 1939 e ativa até os dias atuais, que está localizada no município de Chapada dos Guimarães, no estado de Mato Grosso, Brasil.

A sede da instituição escolar em estudo está no território da comunidade Itambé, no município de Chapada dos Guimarães, no estado de Mato Grosso, localizada a 64 km da capital Cuiabá. É a única escola do município de Chapada dos Guimarães que é reconhecida como escola quilombola, apesar de haver sete comunidades quilombolas certificadas pela Fundação Cultural Palmares na região. São elas: Arica-açu, Barro Preto Serra do Cambambe, Cachoeira do Bom Jardim, Cansação, Itambé, Lagoinha de Baixo e Lagoinha de Cima.

A escola teve sua origem reconhecida pela comunidade como escola isolada da Fazenda Itambé, consolidando-se como instituição pública de ensino em 26 de maio de 1939, por meio do Decreto Lei n.º 274, do município de Chapada dos Guimarães, assumindo a

⁴ Os dados foram retirados da Fundação Cultural Palmares (FCP). Disponível em: http://www.palmares.gov.br/?page_id=37551. Acesso em: 05 maio 2021

denominação Escola Rural Mista de Baús, que atendia as séries iniciais de 1ª a 4ª séries multisseriadas (MATO GROSSO, 1939).

A seguir, apresentamos na Quadro3, as modificações ocorridas na nomenclatura da escola.

Quadro 3 - Modificações ocorridas na EQRCR

Ano	Nome da Escola	Legislação
Anterior a 1939	Escola isolada da Fazenda Itambé	Não formalizada
26/05/1939	Escola Rural Mista de Baús	Decreto Lei n.º 274 do município de Chapada dos Guimarães
01 de janeiro de 2007	Escola Estadual Quilombola Reunidas de Cachoeira Rica	Lei n.º 10.639/2003

Fonte: Modelo de arquivo Excell.

Apresentamos ainda figuras que demonstram as modificações estruturais ocorridas na escola ao longo de seus mais de 80 anos.

Figura 1 - Escola Isolada da Fazenda Itambé e posterior Escola Rural Mista de Baús - Chapada dos Guimarães – MT, [s.d.]



Fonte: Professora Quilombola (2021).

A figura 1 mostra a Escola isolada de Fazenda Itambé, de propriedade da Família Curvo. Analisando a figura, é possível ver que

a escola era constituída de um barracão feito de pau a pique, também conhecido como construção de taipa, erguida por meio do entrelaçamento de madeiras verticais e horizontais, preenchida com barro e coberta de palha de babaçu. Como podemos constatar, era um barracão precário para um ambiente de ensino, mesmo assim, foi nessa instalação que se deu a consolidação da Escola Rural Mista de Baús, em 1939.

O segundo prédio da Escola Estadual Ensino Fundamental Reunidas de Cachoeira Rica, construído em alvenaria e coberta de telhas, recebeu melhorias estruturais, como pintura nova, portas e janelas de ferro, cujas melhorias nas instalações foi realizadas provavelmente com recurso público, já que o Regulamento da Instrução Pública de Mato Grosso de 1927, implementado pelo Decreto nº 759, de 22 de abril de 1927, que definiu a instalação das escolas reunidas no Artigo 23, [...] em prédio previamente adaptado”, bem como no “Art. 85 – O governo dará maior desenvolvimento à construção dos prédios escolares; I – reformando os próprios estaduais escolares [...]”. (MATO GROSSO, 1927).

Na Figura 2, a seguir, há duas imagens. A primeira, à esquerda, apresenta o segundo prédio da Escola Estadual Ensino Fundamental Reunidas de Cachoeira Rica, feita de alvenaria e coberta de telhas. A segunda imagem, à direita, mostra o mesmo prédio escolar com melhorias estruturais, como pintura nova, portas e janelas de ferro.

Figura 2 - Escola Estadual Ensino Fundamental Reunidas de Cachoeira Rica - Chapada dos Guimarães – MT [s.d]



Fonte: EQRCR (2021).

Anteriormente, no prédio, funcionava uma loja, que depois de desativada passou a ser utilizada como uma escola. Não encontramos registros da data de início das atividades escolares no prédio-loja, porém no testemunho da professora, apresentado na próxima seção, houve menção à existência dessa denominação no ano de 1970.

Lembramos que as escolas reunidas foram “[...] concebidas para funcionarem como escolas graduadas, as escolas reunidas consolidaram-se como um modelo simplificado, uma adaptação dos grupos escolares a um padrão de escola de baixo custo.” (SOUZA, 2012, p. 74).

Figura 3 - Escola Estadual Quilombola Reunidas de Cachoeira Rica, Chapada dos Guimarães – MT, 2021.



Fonte: As autoras (2021).

Na figura acima, vemos a atual Escola Estadual Quilombola Reunidas de Cachoeira Rica, cuja infraestrutura já se encontra visivelmente alterada. Hoje, a escola conta com oito salas de aula, um laboratório de informática, uma biblioteca, cozinha, refeitório, banheiros femininos e masculinos, dois para funcionários e dois para estudantes, sala dos professores, secretaria, sala do diretor, dispensa, uma quadra de esporte. Atende 198 alunos matriculados no ensino fundamental e médio, que estudam tanto nas salas anexas como também na Escola Municipal Santa Helena, e outros 40 estudantes nas 1^{as} a 4^{as} séries, na Escola Municipal Santa Helena, em salas anexas na região do quilombo. As aulas na sede ocorrem nos períodos matutinos, 8h às 12h30, e noturno, 18h às 22h.

Ressaltamos que, nos anos de 1990, a Escola Estadual Reunidas de Cachoeira Rica, “[...] precisou ampliar o atendimento para o curso ginásio (equivalência de 5ª a 8ª Série)” (EQRCR, 2021, p. 3), ampliando o atendimento também para ensino médio.

Em 25 de maio de 2005, houve a certificação da Comunidade Itambé como Quilombo, pela FCP. Ademais, em 01 de janeiro de 2007, após a Lei n.º 10.639/2003, que alterou a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, foi incluído no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade de oferta da temática História e Cultura Afro-Brasileira. No mesmo ano, foi reconhecida como escola quilombola, alterando a denominação de Escola Estadual Reunidas de Cachoeira Rica para atual Estadual Quilombola Reunidas de Cachoeira Rica (EQRCR, 2021).

No PPP da escola consta que, além do prédio sede, desde 2011, há duas salas anexas que oferecem ensino básico para estudantes da zona rural próximas da Comunidade Reunidas de Cachoeira Rica. Uma sala anexa está localizada na Comunidade Jangada Roncador, a aproximadamente 50 km da sede, funcionando no prédio da Escola Municipal Santa Helena. Outra sala anexa funciona no prédio da Escola Municipal Casca III, na comunidade rural de Rio da Casca, distante cerca de 77 km da sede da escola (EQRCR, 2021).

De acordo com o atual PPP, a EQRCR prioriza uma educação quilombola que visa “[...] desenvolver nas disciplinas curriculares a prática cultural, técnicas agrícolas e tecnologia social quilombola. Onde são desenvolvidas diversas atividades que preservem a identidade de seus ancestrais, desde: danças, artesanatos e culinária.” (EQRCR, 2021).

HISTÓRIA DA INSTITUIÇÃO ESCOLAR NA VOZ DE UMA PROFESSORA QUILOMBOLA

Em busca de fontes, procedemos à entrevista não estruturada com uma professora quilombola aposentada, que trabalhou na instituição por 32 anos, com a finalidade de obtermos informações acerca da história da escola.

A professora viva mais antiga, atualmente com 75 anos, é aposentada e moradora na comunidade Cachoeira Rica, em Itambé, na Chapada dos Guimarães, Mato Grosso e será nomeada apenas como PQ, atentando à orientação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos das áreas de Ciências Humanas e Sociais – CEP-Humanidades/UFMT, conforme estabelecido pela Resolução n.º 510, de 07 de abril de 2016 - Dos Princípios Éticos das Pesquisas em Ciências Humanas e Sociais, Artigo 3º, que dispõe “VII- garantia da confidencialidade das informações, da privacidade dos participantes e da proteção de sua identidade, inclusive do uso de sua imagem e voz.” (BRASIL, 2016).

A professora nos revelou que veio dar aulas na antiga escola isolada de fazenda, Escola Rural Mista de Baús, no ano de 1963, a convite da família Curvo, devido à falta de professores na região. O pedido foi feito diretamente a seus pais e não a ela, na época com 17 anos e com o ensino primário completo, para lecionar na alfabetização como professora leiga (informação verbal⁵).

A família Curvo era proprietária da fazenda, na qual a comunidade Cachoeira Rica estava localizada e onde funcionava um garimpo de diamantes. No histórico da unidade educacional, conforme descrito no Projeto Político-Pedagógico (PPP) da EQRCR, consta que “[...] tudo que existia na área era pertencente à família do Sr. Cipriano Curvo (armazém, farmácia, loja, escola, etc.), o campo da aviação [...]” (EQRCR, 2021, p. 3).

Evidenciamos o poder aquisitivo da família Curvo, pois, naqueles anos, na imensa área de propriedade da família, havia até campo de aviação, o que indica que ali pousavam aeronaves. O PPP da escola descreve, ainda, que na comunidade viviam cerca de 300 famílias e mais de mil garimpeiros, o que justificou que fosse criada uma escola pelo chefe da família Curvo e proprietário da fazenda, Cipriano Curvo, que se responsabilizou pelo pagamento do salário de professores. Interessante destacar que pela “[...] sua generosidade,

⁵ PQ. PROFESSORA QUILOMBOLA. Entrevista cedida ao Grupo de Pesquisa História da educação, Instituição e Gênero da Universidade Federal de Mato Grosso – GPHEG. Cachoeira Rica Distrito de Chapada dos Guimarães, MT, 2021.

popularidade e influência local o Sr. Cipriano Curvo acabou sendo o 1º Prefeito de Chapada dos Guimarães.” (EQRCR, 2021, p. 3).

De fato, fosse pela generosidade, fosse pelo interesse político, ou mesmo por manter em suas terras as pessoas que ali trabalhavam, pouco depois, Sr. Cipriano Curvo foi nomeado o primeiro prefeito da cidade de Chapada dos Guimarães. No primeiro ano de seu mandato, transformou a escola informal isolada da fazenda em Escola Rural Mista de Baús. Os primeiros professores aparecem descritos, incluindo a PQ que entrevistamos e que “[...] aposentada, reside na comunidade até os dias atuais [e foi] Diretora por 13 anos [...]” (EQRCR, 2021, p. 3).

A entrevistada PQ afirmou que antes de começar a lecionar fez um curso de uma semana em Cuiabá, pois só tinha estudado até a 4ª série. Atuou com a denominação de professora leiga, mas frequentou um projeto denominado formação Logos⁶.

[...] eu esqueço até quando fui professora leiga. Soube que ia sair um projeto pra passar os professores leigos para funcionários administrativos[...] quando eu fui avisada desse projeto, eu fui fazer o magistério. Fiz de 5ª a 8ª série assim eu não fui passada pra fazer as funções administrativas. Para nós estudarmos, íamos a cavalo pra Chapada, era o projeto Logos que nós fizemos, então a gente pegava as apostilas estudava, se pegasse 4, estudava os 4 e fazia 4 provas, se passasse nas 4, já pegava mais um tanto que podia pegar, foram 23 módulos que nós estudamos. Hoje eu sou professora aposentada da Educação Básica. (PQ, 2021).

A existência de professoras leigas e leigos no país era comum. Na maioria, o ofício era exercido por mulheres empobrecidas, que iam lecionar porque já possuíam um pouco de conhecimento, como a professora quilombola nos relatou. Eram professoras leigas que, mesmo sem habilitação específica, ensinavam, preparavam a merenda, limpavam a escola, exerciam múltiplas funções no chão da

⁶ O Ministério da Educação e Cultura (MEC), juntamente com o Departamento de Ensino Supletivo-DSU, criou o Projeto Logos I para formar os professores leigas e leigos que estavam em sala de aula no ensino do 1º grau. A respeito ver: Luz (2018, p. 58).

escola e, no exercício da profissão, mesmo recebendo salários mais baixos, garantiam seu sustento.

Essa realidade de professores leigos e leigas em atuação no Brasil foi descrita como “[...] o professor leigo é, entre nós, o professor rural. Tal como ocorre em outros setores profissionais, a zona rural é obrigada a aceitar por mais tempo agentes desqualificados cuja prática já não é mais aceita na cidade, em seu estado”. (BRANDÃO, 1986, p. 14). O mesmo autor descreveu que “[...] um professor rural é uma pequena fatalidade que a pessoa aceita quando não vê diante de si outra alternativa de trabalho em seu nível de aspiração, ou então é uma provação a que o docente iniciante se submete [...]” (p. 14). Essa é uma vivência da professora quilombola. Ela descreveu que, quando chegou na escola, no local havia apenas um grande salão e eram 700 alunos no total que procuravam frequentar as aulas. Explica que lecionou para aproximadamente 350 alunos, no ano de 1963, nos períodos matutino, vespertino e noturno, à luz de lampião.

No relato que transcrevemos, a seguir, a professora descreveu os desafios que enfrentou na sala de aula.

[...] passamos muita dificuldade pra dar aulas, pois já aconteceu de a sala de aula cair com a força da chuva, e inclusive perdemos muitos documentos, até perdi um pouco de meus documentos. Tinha uma mesa que era um baú onde a gente guardava as coisas daí a parede caiu em cima dele molhou e quebrou tudo, acabou. Começamos a trabalhar assim. Depois, na época que os Curvos foram embora daqui e ficou a casa da fazenda, a gente dava aula lá, mais os quartos eram pequenos, tinha uns dois quartos grandes. O resto eram todos quartos pequenos. Veio mais professores e a gente começou a trabalhar na casa fazenda; por fim, a casa da fazenda foi acabando, a gente pedia para os pais ajudar, fazia barracão, teve barracão aqui na minha casa, teve barracão lá na beira da cachoeira, em frente onde Luiz Buchudo mora, demos aula lá uns 2 ou 3 anos, até que uma loja daqui fechou. A gente veio pra loja, onde era a escola antiga era uma loja, e ficamos aí até fazer a escola nova que é a escola de hoje. (PQ, 2021).

A entrevistada relatou que ela mesma fazia plano de aula, livro de ponto, diário de classe, foi diretora por 13 anos, e por inúmeras vezes limpou a escola e fez o lanche dos alunos. No testemunho, a seguir, ela mencionou um pouco do trabalho que realizou.

[...] se hoje eu tô, como diz a história, com meu físico acabado, é de tanto trabalhar, trabalhei demais, mas graças a Deus, criei meus filhos aqui, todos estudaram, se formaram, alguns deles trabalhando na escola e esse é meu orgulho. Até hoje, no dia dos professores, eu recebo mensagem me agradecendo, têm muitos deles que não continuou os estudos, mas dão graças a Deus de saber o que eu ensinei. O que me deixa muito feliz é o reconhecimento dos alunos, que muitos me param na rua pra lembrar o tempo de escola e me agradecer. Mas tudo o que fiz foi por amor, eu trabalhei muito, eram tempos difíceis, nunca me arrependi! (PQ, 2021).

É notório que a professora entrevistada dedicou sua vida à escola, movida pelo amor e dedicação aos estudantes, além de garantir seu sustento. Foram 32 anos de luta e de muito trabalho para manter a escola funcionando, embora as condições nem sempre favorecessem seu ofício no magistério da escola quilombola.

O COTIDIANO ESCOLAR ATUAL POR UM PROFESSOR DE HISTÓRIA

Fomos em busca também do testemunho do professor que leciona a disciplina de História na instituição, nos dias de hoje, nomeado como PH, atentando à orientação do CEP-Humanidades/UFMT, como já explanado na entrevista anterior, com vistas a identificar se a escola atende, na prática, os princípios norteadores de uma escola quilombola.

Na entrevista, PH relata sua experiência, apontando que a maior dificuldade que encontra é a questão de pertencimento, pois a escola ministra disciplinas voltadas à temática, mas enfrenta no cotidiano a recusa de estudantes de se identificarem como quilombolas, uma vez que “[...] não gostam de ser chamados de

quilombolas, eles sentem até dificuldade de colocar o termo quilombola no cabeçalho da escola, então essa questão de pertencimento é a minha principal dificuldade [...]” (informação verbal)⁷.

O professor entrevistado complementou que, quando há algum benefício direto, “[...] *como o vestibular quilombola [...]”* (PH, 2021). Destacou ainda que o 1º processo seletivo específico do Programa de Inclusão de Estudantes Quilombolas (PROINQ), da UFMT, foi realizado em 2017, o que permitiu que essa realidade começasse a ser modificada.

Para esse professor quilombola, os demais professores deveriam trabalhar com outras didáticas de ensino, buscar alternativas e formas de trabalho com o objetivo de refletir com os alunos sobre a importância que eles e a comunidade possuem, tanto para entender a história local de Chapada dos Guimarães, como do estado de Mato Grosso e do Brasil, com vistas a se encontrar e terem orgulho do que são: herdeiros de uma história quilombola.

Essa recusa em se ver como quilombola é um dos efeitos do racismo estrutural, que ocorre em “[...] decorrência da própria estrutural social, ou seja, do modo ‘normal’ como que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é institucional.” (ALMEIDA, 2018, p. 38).

O racismo estrutural é, sobretudo, um processo histórico e político, oriundo de um “[...] processo histórico e político, cria as condições sociais para que, direta ou indiretamente, grupos racialmente identificados sejam discriminados de forma sistemática.” (ALMEIDA, 2018, p. 39).

Para superar esse processo, PH relatou que a SEDUC oferta formação complementar aos professores e professoras relacionadas a temáticas que abordam as populações afro-brasileiras, como exige a Lei n.º 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-

⁷ PH. PROFESSORA DE HISTÓRIA. Entrevista cedida ao Grupo de Pesquisa História da educação, Instituição e Gênero da Universidade Federal de Mato Grosso – GPHEG. Cachoeira Rica Distrito de Chapada dos Guimarães, MT, 2021

Brasileira e Indígena, e a Resolução n.º 8, de 20 de novembro de 2012, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica.

A última formação complementar ofertada, contudo, ocorreu no ano de 2018, em parceria com o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Relações Raciais e Educação (NEPRE), da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

No testemunho de PH, transparece a dificuldade de atuar ativamente com os princípios quilombolas devido à “[...] *rotatividade de professores na escola, uma vez que são poucos os remanescentes com formação para o cargo e apenas dois professores efetivos. Então, os professores que assumem, trabalham pelo período de um ou dois anos.*” (PH, 2021).

O professor relatou ainda que há “[...] *dificuldades de transporte, moradia, entre outros [...]*”, e sugere que a solução para tal é “[...] *ter profissionais da educação remanescentes do quilombo.*” (PH, 2021).

A atual gestão da Escola Estadual Quilombola Reunidas Cachoeira Rica luta para que o PPP da escola seja mudado, incluindo e garantindo o efetivo Ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana, conforme estabelecido na Lei n.º 10.639/2003, mas carece de formação específica para seus professores e professoras de forma constante e, quiçá, com profissionais da educação remanescentes do quilombo, como sugere nosso entrevistado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do texto, trouxemos reflexões sobre as escolas quilombolas, em específico a Escola Estadual Quilombola Reunidas de Cachoeira Rica, criada em 1939 e ativa até os dias atuais, localizada no município de Chapada dos Guimarães, no estado de Mato Grosso, com vistas a buscar indícios que pudessem auxiliar o atendimento ao objetivo específico do projeto de pesquisa aprovado no CNPq denominado *Formação de Professoras Missionárias nas Regiões Centro-Oeste e Norte: Mato Grosso e Rondônia/Brasil (1936-1963)*, com o intuito de contribuir para a preservação e difusão da memória,

do patrimônio educativo da educação rural mato-grossense e brasileira.

Em um primeiro momento, percorremos um conjunto de dispositivos legais considerados como artefatos de uma política educacional voltada para a afirmação da diversidade cultural e da concretização de uma educação das relações étnico-raciais nas escolas, desencadeada predominantemente a partir dos anos 2000.

Logo em seguida, apresentamos sinteticamente parte da história, da memória e de vivências da Escola Estadual Quilombola Reunidas de Cachoeira Rica, a partir da documentação e de relatos de uma professora e um professor quilombola.

Analisando os relatos, apontamos que a Escola Quilombola Reunidas de Cachoeira Rica tem dificuldades em cumprir seu papel social e alicerçar a importância da identidade quilombola de seu povo, provavelmente devido à frágil e, por vezes, inadequada formação específica pedagógica que aborde conteúdos quilombolas, ofertada para professoras e professores que atuam em escolas quilombolas.

Destacamos, ainda, que o PPP deve estar relacionado à realidade histórica, econômica, política, e sociocultural, inscrito e construído pelos integrantes da escola a partir de uma análise da realidade e dos conhecimentos tradicionais da comunidade, da sua ancestralidade, das formas de trabalho e da própria história quilombola, por meio das quais seus habitantes vivenciam os seus processos educativos com os conhecimentos escolares e demais conhecimentos produzidos pela comunidade.

Por último, após a análise das fontes, é perceptível que, apesar das lutas e conquistas já alcançadas pelas instituições representativas afro-brasileiros, em conjunto com a mobilização de pessoas e instituições sensibilizadas pelas lutas das comunidades quilombolas, ainda há muito a fazer para que a legislação seja cumprida e, principalmente, para que a identidade quilombola permaneça em cada habitante da comunidade, seja aluno, docente ou morador, para que a comunidade conheça as lutas e tenha orgulho de sua origem, entendendo o lugar social que ocupa na cultura afro-brasileira e transmitindo seu patrimônio cultural às próximas gerações.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Os Professores leigo. Até quando? **Em Aberto**, Brasília, ano 5, n.32, 1986.

DOI: <https://doi.org/10.24109/2176-6673.emaberto.5i32>. Disponível em:

<http://www.emaberto.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/issue/view/175>. Acesso em: 15 maio 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.**

Emendas Constitucionais. Brasília, 5 out. 1988. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

Acesso em: 10 maio 2021.

BRASIL. Decreto n.º 4.887, de 20 de novembro de 2003.

Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do ato das disposições constitucionais transitórias. **Diário Oficial da União**:

Brasília, DF, 21 nov. 2003. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm.

Acesso em: 10 maio 2021.

BRASIL. Lei n.º 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei n.º

9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. **Diário Oficial da União**:

Brasília, DF, 10 jan. 2003. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso

em: 10 maio 2021.

BRASIL. **Lei n.º 11.645, de 10 março de 2008.** Altera a Lei n.º

9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei n.º 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e

Indígena". **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 11 mar. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 10 maio 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução n.º 510, de 7 de abril de 2016. Trata sobre as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa em ciências humanas e sociais. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 24 de maio de 2016.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989)**: a Revolução Francesa da historiografia. **tradução** Nilo Odália. São Paulo: Editora UNESP, 1997.

BURKE, Peter. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. *In*: BURKE, Peter (org.). **A escrita da História**: novas perspectivas. Tradução Magda Lopes. São Paulo: Editora UNESP, 1992. p. 7-37.

CNPq 2018. **Formação de Professoras Missionárias nas Regiões Centro-Oeste e Norte**: Mato Grosso e Rondônia/Brasil (1936-1963). Coordenada por Nilce Vieira Campos Ferreira, Universidade Federal de Mato Grosso, campus Cuiabá/MT. Projeto financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, Processo número 424497/2018-2. Brasília, CNPq, 2018.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (Brasília). **Parecer 01/2004**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>. Acesso em: 11 maio 2021.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (Brasília). **Parecer 03/2004**. Brasília, DF: Ministério da Educação. 2004. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp_003.pdf. Acesso em: 11 maio 2021.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (Brasília). **Resolução n.º 8, de 20 de novembro de 2012**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2012. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECEBN82012.pdf?query=ensino%20médico. Acesso em: 17 maio 2021.

COORDENAÇÃO NACIONAL DE ARTICULAÇÃO DAS COMUNIDADES NEGRAS RURAIS QUILOMBOLAS (Brasília). **Quem somos**. Brasília, DF: CONAQ. Disponível em: <http://conaq.org.br/>. Acesso em: 11 maio 2021.

ESCOLA ESTADUAL QUILOMBOLA REUNIDAS DE CACHOEIRA RICA (Chapada dos Guimarães). **Projeto Político Pedagógico**. Chapada dos Guimarães, MT: EEQRRCR, 2021.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES (Brasília). Institucional. Brasília, DF: Presidente da República, Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/>. Acesso em: 17 maio 2021.

HERNANDEZ, Leila Maria Gonçalves Leite. **A África na sala de aula: visita à História Contemporânea**. Rio de Janeiro: Editora Selo Negro, 2005.

LE GOFF, Jacques. **A história nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

LUZ, Rosemary da. **Treinamento em serviço: formação de professoras e professores não titulados no projeto logos II em Alta Floresta, Mato Grosso (1980-1993)**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso, Programa de Pós- Graduação em Educação, Cuiabá, 2018.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1999.

MATO GROSSO. **Decreto lei n.º 274, de em 26 de maio de 1939**. Chapada dos Guimarães, MT: Prefeitura Municipal, 1939.

MATO GROSSO. **Regulamento da Instrução Pública Primária**. Arquivo Público de Mato Grosso – APMT, Cuiabá, MT, 1927.

SILVA, Simone Rezende da. **Quilombos no Brasil: A memória como forma de reinvenção da identidade e territorialidade negras**. 2012. Trabalho apresentado ao 12º Colóquio Internacional de Geocrítica, Bogotá, Colômbia, 2012. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/08-S-Rezende.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2021.

SOUZA, Rosa Fátima de. **A Institucionalização da Escola Primária no Estado de São Paulo na Primeira República: subsídio para a história**

comparada da escola primária no Brasil. In: ARAÚJO, José Carlos Souza; PINTO; Rubia Mar Nunes; SOUZA, Rosa Fátima de. **Escola primária na Primeira República (1889 – 1930):** subsídios para uma história comparada, Araraquara, Editora Junqueira & Marin, 2012.

ENTREVISTAS

PH. PROFESSORA DE HISTÓRIA. Entrevista cedida ao Grupo de Pesquisa História da educação, Instituição e Gênero da Universidade Federal de Mato Grosso – GPHEG. Cachoeira Rica Distrito de Chapada dos Guimarães, MT, 2021.

PQ. PROFESSORA QUILOMBOLA. Entrevista cedida ao Grupo de Pesquisa História da educação, Instituição e Gênero da Universidade Federal de Mato Grosso – GPHEG. Cachoeira Rica Distrito de Chapada dos Guimarães, MT, 2021.

Recebido em: *Julho/ 2021.*

Aprovado em: *Dezembro/ 2021.*